

Homens de letras na República Velha: legitimadores e críticos da nova ordem social

Luis A. S. de Almeida¹
Marta E. G. Scherer²

Resumo: Demonstrar como os intelectuais que viveram a proclamação da República e a *Belle Époque* foram fundamentais na legitimação do estado nação que se formava, assim como da burguesia que dele surgia, é objetivo deste artigo. O papel fundamental dos homens de letras era difundir conceitos políticos, vulgarizar valores burgueses e ajudar a construir a hegemonia junto à massa populacional não letrada, construindo um discurso legitimador desta nova ordem nacional. Como exceções, surgem os nomes de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto, que criticamente se opunham ao modelo proposto e tornam-se vozes dissonantes dentro da intelectualidade da primeira República.

Palavras-chave: História da Literatura; República; Sílvio Romero; Euclides da Cunha; Lima Barreto

Abstract: This article aims to demonstrate the great importance of intellectuals, who lived through the proclamation of the Republic and the *Belle Époque*, in legitimizing the nation state that was formed, as well as the bourgeoisie that emerged. The fundamental role of the men of letters was to spread political concepts, common bourgeois values, helping to form hegemony among the population mass that was not literate, building a

¹ Professor associado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), junto ao Curso de Jornalismo. Doutor em Teoria Literária pela mesma instituição.

² Mestre em Literatura Brasileira e Doutoranda em Teoria Literária no Programa de Pós-Graduação em Literatura da UFSC. Email: martascherer@gmail.com

legitimizing discourse of this new national order. As exceptions, appear the names of Silvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto, who critically opposed to the proposed model and become dissonant voices within the intelligentsia of the First Republic.

Keywords: History of Literature; Republic; Silvio Romero; Euclides da Cunha; Lima Barreto

A partir da virada do século, quando o arranjo oligárquico se estabeleceu e a crise interna do republicanismo brasileiro foi parcialmente superada, a legitimação da nova ordem se tornou imprescindível para manutenção do equilíbrio social. É neste contexto que o intelectual se fez necessário para atender a demandas do “establishment” que necessitava de sua atuação na imprensa, nas revistas ilustradas, através de artigos, crônicas, conferências, discursos, elogios, artigos de fundo. Os tempos do desprezo pela figura do “homem de letras” haviam chegado ao fim. A política de valorização institucional da cultura começou a se fazer notar na metade da última década do século XIX e teve o auge nos anos que antecederam à Primeira Grande Guerra.

Antonio Gramsci escreveu – como sabemos – que o papel do intelectual é fundamental para garantir a hegemonia do discurso que o grupo dominante exerce sobre a sociedade. O papel atribuído ao intelectual da virada do século corresponde exatamente a essa definição. O prestígio que adquiriu e a força discursiva com que se jogou na legitimação da nova ordem encontraram pouca resistência num cenário precário de vida sociocultural independente. Sua atuação, nas esferas públicas e sociais, dentro e fora da máquina burocrática, tornou-se eixo central na definição da forma com que o grupo dominante passou a se relacionar com a sociedade brasileira.

(...) Os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas de hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes

massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social (...); 2) do aparato de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa e nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1990, p. 10)

Com o governo modernizador de aparências, que surgiu com o advento da República, renasceu o sentimento de nação e as condições objetivas para que os problemas estruturais, de fato, mostrassem-se aos olhos críticos dos intelectuais estudados neste trabalho. A definição do nacional, que vinha dos tempos de combate à monarquia, dominou a pauta temática na afirmação do novo regime.

A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para construção da nação, seria a tarefa que iria perseguir a geração intelectual da primeira república (1899-1930). Tratava-se, na realidade, de uma busca das bases para a redefinição da República, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse uma caricatura de si mesmo. (CARVALHO, 1990, p. 32)

O projeto republicano vencedor passou a existir acima da multidão de analfabetos que era como se constituía a população brasileira aos olhos da elite. Aos arranjos políticos institucionais que deram continuidade ao mesmo modelo social excludente monarquista, seguiu-se a forte campanha de afirmação de uma brasilidade ufanista, de pouca consistência intelectual, mas de forte apelo formal e retórico. É comum pesquisadores atribuírem pouca importância à cultura oficial da "belle époque" porque seus modelos importados e afetados estavam longe de representar a cultura brasileira. Como verdade estética e cultural pode ter sido mera imitação, mas seu conteúdo ideológico era de importância inquestionável.

Os olhos da elite dirigente nunca estiveram tão postados no continente europeu como neste período. As reformas urbanas que representavam também uma forma de vida moderna e industrial – que

de modo algum eram encontradas no Brasil – foram absorvidas com prazer e exagero. Para harmonizar hábitos e costumes populares com a modernidade das reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro, a Prefeitura proibiu festas populares como Bumba-meu-boi e Malhação do Judas; censurou as fantasias de carnaval, principalmente as de índios, e os desfiles de cordões populares; estimulou o comedimento dos pierrôs e colombinas; proibiu o jogo do bicho. “O prefeito chega à demasia de importar pardais, pássaro-símbolo de Paris, para fazer coro às estátuas francesas que passaram a enfeitar as novas praças.” (FISCHER, 2003, p. 49)

O papel desempenhado pelo indivíduo letrado, neste contexto de defesa de frágeis aparências, é, de maneira evidente, esvaziá-lhe a representação e transformar a vida social e a dureza pela sobrevivência num ato diletante e restrito a setores sociais com capacidade de organização. Assim deixa os círculos fechado da vida literária aristocrática, para lançar-se no jornal popular, nas conferências de salão, nas polêmicas na tentativa de justificar o papel e as atitudes do estado. Se o “homem de letras” teve papel fundamental para, no Romantismo, validar a existência da nação alheia à consangüinidade real – atuando algumas vezes até no conceito de intelectual orgânico -, a partir da Proclamação da República tocou a ele legitimar a formação do estado nação e a sociedade burguesa que surgia.

A visão de uma existência nacional limitada a Rua do Ouvidor era útil politicamente na representação que o regime fazia de si mesmo, como também na exclusão a que submetia a população do país. Ou seja, os problemas do Brasil eram os problemas de sua elite. Daí a síntese representada na frase “com um sorriso levar a vida” e todas suas variáveis. Essa superficialidade, esse sorriso da sociedade era um discurso consistente e hegemônico produzido pela cultura oficial – era sua ideologia.

Na sua grande maioria – para não dizer a quase totalidade – temos a intelectualidade da época engajada organicamente na construção de um discurso legitimador desta nova ordem nacional. O papel fundamental dos intelectuais era difundir conceitos políticos, vulgarizar valores burgueses e ajudar a construir a hegemonia junto à massa populacional não letrada.

Com relação à extensão, a hegemonia gramsciana (...) abarca, com suas entidades portadoras, não só o partido, mas todas as outras instituições da sociedade civil (...) que tenham um nexo qualquer com a elaboração e a difusão da cultura. (BOBBIO, 1987, p. 48)

O surgimento da imprensa comercial e de uma produção cultural incipiente (com conferências, revistas, teatro, folhetim) proporcionou o surgimento do intelectual profissional que passou a ter leitores (ou consumidores) e a sobreviver da atividade – como nem mesmo medalhões da geração anterior (Machado de Assis, Bernardo Guimarães ou José de Alencar) haviam conseguido. “(...) eram polígrafos que se esforçavam para satisfazer a todo tipo de demandas que lhe faziam a grande imprensa, as revistas mundanas, os dirigentes e mandatários políticos da oligarquia.” (MICELI, 1979, p.30)

Como vozes destoantes, temos Lima Barreto, Euclides da Cunha e Sílvio Romero, intelectuais que denunciaram as fissuras e as contradições na construção deste nacional. Dois fatores circunstanciais são fundamentais para a compreensão do pensamento desenvolvido por estes três intelectuais, seus pontos em comum e seus desencontros. Em primeiro lugar, o conteúdo: a reação apresentada por eles ao discurso hegemônico que propunha a fundação do estado-nação. Os três contra-atacam com um nacionalismo pessimista, onde a sociedade brasileira é representada mais pelas fissuras do que por um campo harmônico. Em segundo, pela forma: a ausência de partidos políticos de oposição jogou sobre eles a responsabilidade de formular pensamentos e lançar as bases de uma leitura crítica da realidade nacional.

Do ponto de vista intelectual, a construção do discurso hegemônico tratou de dar autoridade ao grupo dominante no estabelecimento do estado nação. Entenda-se estado nação como a afirmação estável da nova ordem liberal burguesa num 'pacto político' com a sociedade. O direito de escolher seus representantes na esfera de poder e elegê-los ou destituí-los periodicamente; a separação dos espaços públicos e privados nas garantias jurídicas coletiva; obrigações pecuniárias com o estado; usufruto comum de serviços estatais; enfim, desfrutar do convívio de uma coletividade sob direitos e deveres iguais no espaço definido de suas fronteiras.

Para a elite agrária exportadora que estava no poder, a aplicação deste 'pacto social' republicano significava abrir mão do poder. A sociedade brasileira, recém saída do regime escravocrata e com números elevadíssimos de excluídos, foi sendo submetida a mecanismos de controle, de fraude e de repressão na tentativa de manter o ordenamento institucional e sua elite no poder. Para isso, o emprego do aparelho policial estatal na repressão dos setores descontentes e a utilização do intelectual na formulação de um discurso legitimador. Assim, o *establishment* pretendia esconder as fissuras do modelo que já se mostrava evidente, mas que tinha ainda papel fundamental na criação das novas relações de trabalho que o capitalismo impunha aos países periféricos.

É neste novo panorama que se desenvolverão mudanças fundamentais nas noções de civilidade, de vida urbana, no país. Tomemos dois marcos: a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1896, e a remodelação da cidade do Rio, promovida pelo prefeito Pereira Passos (...) Num caso e noutro, a marca principal será a de adequar a prática e o estatuto sociais da urbanidade às exigências do tempo (...) num processo que poderemos definir como aristocratização da vida burguesa, mudança esta levada a efeito sob inspiração do grupo social que chegara ao poder político. (FISCHER, 2003, p. 48)

Ao mesmo tempo em que o estado policial se fortalecia (são inúmeros os momentos de estado de sítio, guerras civis e a censura

constante da imprensa), a ocupação dos espaços culturais pelo discurso oficial era absoluta (seja na criação de instituições de cultura, no rateio de cargos públicos ou na distribuição de verbas aos veículos de imprensa). A formulação de um discurso hegemônico tornou-se fundamental quanto maior eram os excluídos do novo projeto. Sua justificativa política para a legitimação do projeto exigiu uma imprensa repetindo a voz única do partido único, um estado disposto a cooptar e intelectuais capazes de formular o discurso político coerente.

Ao se opor ao projeto, Lima Barreto, Sílvio Romero e Euclides da Cunha passaram a desenvolver trabalhos de estudos, artigos em jornais, produções ensaísticas no sentido contrário ao pensamento dominante naqueles anos de ufanismo republicano. Tentavam ocupar qualquer espaço: de uma cadeira na Câmara dos Deputados, aos livros e os pequenos jornais. Buscavam legitimações, na maioria das vezes inutilmente, mas sempre dispostos a se contrapor ao discurso hegemônico acenando com a existência de um “Brasil real”. Ou seja, salientavam o caráter artificial do discurso oficial associado ao desconhecimento completo da nação. A oposição que fizeram tinha a representatividade, na sua origem, de setores diretamente envolvidos na propaganda republicana pré-Proclamação. De modo que falavam uma linguagem comum e, por muito tempo, representaram setores descontentes dentro do próprio republicanismo brasileiro.

Sílvio Romero tornou-se um excluído do projeto vencedor, apesar de ter sido um dos ideólogos do liberalismo no Brasil. Depois das humilhantes tentativas de participação na política partidária acabou se afastando ao perceber o continuísmo do projeto econômico e social que havia combatido durante a Monarquia. Sílvio Romero é a memória da propaganda e os anos imediatamente seguintes à Proclamação. Sua oposição se deu nas bases do que a República prometeu e não cumpriu. Ou seja, um modo revolucionário que

foi traído em sua concretização. O caráter cientificista, a crença genuína de que o estado deveria estimular a concorrência entre os homens (as empresas, as instituições) para que sobrevivessem os mais fortes e beneficiasse o todo social não se realizou. Sentiu-se traído porque acreditou “num grupo dirigente” capaz de comandar o país, uma vanguarda condutora do processo revolucionário de transformação que viria com a república. Seu último ato foi contra o povo que não se rebelava contra a condição social imposta pelo novo projeto político.

A tragicomédia da soberania dos Estados, dos impostos interestaduais e intermunicipais, dos exércitos sob os disfarçados títulos de brigadas provincianas, das magistraturas particularistas, da multiplicidade das leis do processo, da desagregação das tradições, das tiranias caudilhas, das roubalheiras descentralizantes e impunidas, essa tragicomédia, que é o federalismo oligárquico da atualidade nacional, deve acabar, ou ela matará o Brasil. (ROMERO, 1980, p. 333)

Euclides da Cunha viveu a vida adulta no momento pós-Proclamação e tornou-se um excluído do projeto republicano na medida em que os positivistas foram os derrotados na disputa interna do poder. Suas inúmeras tentativas pessoais de interferir nos rumos e nos governos militares foram provas da esperança que depositou por muito tempo no novo regime. Sua fé foi nas Forças Armadas e na imposição de um estado interventor, capaz de dobrar pela força as elites atrasadas e submetê-las a um projeto social coletivo. Daí viria a construção do novo Estado, capaz de proporcionar igualdade de competir, ao mesmo tempo em que abrigava e protegia os mais fracos. A idéia do governo forte nunca encontrou nos anseios de Euclides da Cunha o personagem capaz de exercer este papel – também ele um crente de uma vanguarda revolucionária. *Os Sertões* foi o gesto de sua desilusão e seu decreto de exclusão também das bases derrotadas do republicanismo – e seu livro talvez a última grande obra da produção intelectual positivista. O ataque de Euclides da Cunha foi

contra governos ‘do litoral’ que desconheciam a própria nação e aos militares que perderam a oportunidade de revelá-la.

[A nossa nacionalidade] não marcha, não progride, não civiliza, anarquiza-se no conflito assustador de interesses unicamente individuais, de ambições indisciplinadas que se digladiam, e os que arrebatados pela expansão das próprias idéias, tentam lutar fora do círculo isolador da individualidade, sem um só ponto de apoio às forças que o revigoram caem e extinguem-se na desilusão mais profunda. (CUNHA, 1995, p. 627)

Lima Barreto foi o excluído na origem: é o povo que assistiu “bestializado” a Proclamação. Em sua vida, a República chega quando ainda é uma criança, portanto assistiu o melhor momento daquela Primeira República, a “belle époque”, no período que vai até a Primeira Guerra Mundial. Tempo suficiente para mostrar por inteiro a fragilidade de um projeto que envolvia mais do que a mudança de regime. As condições mínimas de cidadania, com seus direitos respeitados e garantidos, espaços sociais de representação, dignidade na sobrevivência do trabalhador – foram os sonhos de república de Lima Barreto. Mas pode ver com entusiasmo as reações populares e as incipientes organizações populares – de reação ao projeto dominante. Pode assistir também a violência do estado contra a população e as inúmeras maneiras com que mecanismos legais “naturalizaram” a exclusão social. O sonho republicano de Lima Barreto carregava muito de uma solidariedade comunitária, de vagos ideais socialistas, de um sentimento de irmandade.

Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será a européia e a outra, a indígena. É isso que se faz ou se fez na Índia, na China, em Java, etc.; e em geral, nos países conquistados e habitados por gente mais ou menos amarela ou negra... Municipalidades do mundo inteiro constroem casas populares; a nossa construindo hotéis chics, espera que, a vista do exemplo, os habitantes da Favela e do Salgueiro modifiquem o estilo de suas barracas. (BARRETO, 1956, p. 218)

Cada um deles esboçou sua visão pessimista a partir de períodos sociais e temporais distintos e, embora distantes na origem, representaram críticas a momentos políticos diversos. De modo que durante mais de trinta anos (1890-1922) estes três intelectuais estiveram no núcleo opositor ao discurso hegemônico governamental, sucedendo-se uns aos outros, mas mantendo o fogo de uma oposição política perene. Além do isolamento, uniu-os um horror ao discurso elitista importado que tentava esconder a natureza da república instalada, entregue a acordos e a negociações regionais que produzia a cada dia novos ricos a ostentar suas riquezas pelas ruas elegantes do Rio de Janeiro.

Ao ouvir as vozes dissonantes desses três intelectuais, não deixa de ser curiosa a maneira como os homens de letras ‘do sistema’ reagem em defesa do discurso hegemônico. Não se contrapõem diretamente, não faziam o debate claro e aberto, como no passado discutiram republicanos contra monarquistas ou liberais contra conservadores. A saída nunca era o enfrentamento, muito ao contrário. Quando algum tema, proposto como crítica ao novo regime, conseguia vencer a barreira quase intransponível do discurso hegemônico, chegava até a população praticamente destruído. O próprio “establishment” tratava de institucionalizar a crítica dos opositores, tirando-lhes o caráter político-ideológico.

Assim, vemos Olavo Bilac tratar a condenação ao projeto republicano que não se realizava: “A República tem uma puberdade triste e apagada. Dizem alguns que a menina chegou à velhice, sem ter passado pela primavera e nem pelo outono... ‘não era esta a república que sonhávamos.’” (BILAC apud DIMAS, 2006, p.605). Nota-se que ele retira a seriedade no trato de um debate que se mostrava importante. Há um clima de caçoada, de distanciamento cínico, que o talento de Olavo Bilac enchia de brilho. A outra maneira de enfrentar as críticas ao projeto político foi ‘naturalizar’ as causas. Utilizando-se de um

cientificismo de forte viés ideológico, o discurso do poder passou a atribuir a natureza perversa do país (clima quente, acidez do solo) ou as origens raciais do povo como causadoras do atraso institucional, do baixo índice de alfabetização, da pouca produtividade nas lavouras, do pequeno desenvolvimento industrial – enfim, do atraso econômico e social brasileiro. É bem verdade que estes fatores foram utilizados até por Sílvio Romero e Euclides da Cunha nos estudos que fizeram da realidade brasileira. Mas a leitura deles vinha ao encontro da compreensão “científica” do país e as elites o utilizavam ideologicamente para justificar o fracasso de seu próprio projeto político.

A institucionalização e a naturalização funcionavam como amortecedores das críticas e dos discursos sociais que buscavam o embate e o confronto. Apesar da verdade de seus estudos sociais e culturais sobre o Brasil e a coerência de suas críticas políticas, até mesmo a jovem “elite letrada”, com natural potencial renovador, vivia num mundo de encantamento bem resumidos nas palavras de Alceu Amoroso Lima:

Fomos todos, sobretudo a partir de 1918, levados a rever as nossas idéias e tudo aquilo que para nós passou a representar a configuração do que hoje chamamos de ‘belle époque’ (...) acabara para mim a fase da disponibilidade, do absentismo, da indiferença, do ceticismo e do intelectualismo puro. (LIMA, 1973, p. 57)

A oposição a este “tempo moderno” se manifesta também no palco geográfico e simbólico do embate: a cidade. De maneira consciente ou não, também Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto partem de visões de mundo que sempre se mostram também lugares geográficos, onde o pensamento se estrutura e de onde as hierarquias se estabelecem. Também eles apresentam “lugares”, “suas cidades”, que se tornam também valores sociais e culturais relevantes no embate proposto com a cidade republicana. São as representações urbanas de valores ideológicos diversos, mas sempre apresentados como “mais” verdadeiros, “mais” genuínos.

De forma simbólica é possível afirmar que cada um deles falou de cidades distintas, mas que foram emblemas de suas formas de atuar e foco determinante de suas obras. Sílvio Romero parece nunca ter saído da cidade de Recife. Sempre magoado, ressentido com a capital federal, desenvolveu seus estudos na direção apontada na juventude com Tobias Barreto, na Faculdade de Direito. Seu olhar é a do nordestino – recifense em especial – depositário do rancor e das injustiças com a capital econômica dos tempos coloniais. Sempre dando a Recife a primazia, a vanguarda, nos assuntos intelectuais e nas ações políticas. O “bando de idéias novas” sobrevoou a cidade de Recife, não o Rio de Janeiro carola e conservador.

Euclides da Cunha nunca mais saiu de Canudos, da “cidade de taipas”. *Os Sertões* e toda sua visão política vão girar em torno da descrença num estado que se tornou estrangeiro em sua própria terra. O desconhecimento de seu território e a ignorância com relação ao seu povo (“o cerne” de nossa raça) tornou o estado brasileiro uma administração litorânea e irreal. A figura mítica do “cidadão” de sua cidade vai pairar na lenda do nordestino-forte, na superioridade vinda do isolamento e do passado. Euclides da Cunha vai ver o Brasil como um morador nascido e criado em Canudos, preferindo as picadas aos bulevares, sempre de dedo em riste denunciando o “grande massacre”.

Lima Barreto falava do Rio de Janeiro, da capital federal, cidade absolutamente desconhecida em sua periferia, em sua população pobre, em suas cantigas e em seus enterros no cemitério de Inhaúma. O Rio de Janeiro de Lima Barreto se aproxima muito de Canudos, de Euclides da Cunha, seja no caráter excludente de sua população miserável, seja na revelação que o governo se escondia de si próprio dentro de sua capital. Lima Barreto vai falar de um Rio de Janeiro definitivamente fragmentado (para usar a feliz expressão de Beatriz Resende), onde as reformas de embelezamento são artificiais,

frágeis, e escondem a corrupção e o autoritarismo da administração republicana. O Rio de Janeiro de Lima Barreto é tão distante do oficial quanto a Recife de Sílvio Romero ou Canudos de Euclides da Cunha.

É importante lembrarmos que o Brasil era visto como um país sem povo. O olhar dos visitantes europeus solidificou no discurso hegemônico o conceito de que o povo brasileiro, na sua pobreza existencial e intelectual, tornara-se um problema para o desenvolvimento das instituições democráticas. O país só existia pela sua perseverança institucional e pelo esforço vanguardista de sua elite. “O Brasil foi visto, portanto, como um país despossuído de povo, ao qual faltava identidade para constituir uma nação moderna (...) não possuía face, não possuía identidade.” (NAXARA, 2002, p. 39)

A vertente pessimista que surge do pensamento social desta vanguarda propôs um contraponto ao discurso hegemônico baseado na “realidade brasileira”. Desta forma, criavam uma “nação verdadeira” para se opor àquela “república artificial”. A dicotomia, a todo instante, reafirmada no discurso destes três intelectuais, retoma de inúmeras maneiras a estratégia oposicionista utilizada pelos próprios republicanos para combater a monarquia. Havia uma nação vivendo fora e além da Corte; agora havia uma nação vivendo fora e além da República. Daí o descobrimento das oligarquias, por Sílvio Romero, para revelar o caráter continuísta daquele regime; do “cerne de nossa nacionalidade”, de Euclides da Cunha; e da periferia das grandes cidades, por Lima Barreto, para mostrar a existência de um povo à margem da vida oficial. Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto acabaram por identificar e tematizar a precariedade do processo de modernização do Brasil e de países periféricos que viveram o mesmo destino neocolonial. Desta forma, a crítica que poderia ser temporal e circunscrita tornou-se pioneira.

Referência

- BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1956.
- BOBBIO, Norberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CUNHA, Euclides. *Obra completa*. Vol.1. (Org) Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
- DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista: crônicas*. V1. São Paulo: Inesp, 2006.
- FISCHER, Luis Augusto. *Parnasianismo Brasileiro – entre ressonância e dissonância*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
- GRAMISCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Memórias Improvisadas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo-Rio de Janeiro: DIFEL; 1979.
- NAXARA, Marica Regina Capelari. *Estrangeiro em sua Própria Terra - representações do brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2002.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 4º Volume. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.